

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, fevereiro de 2014, número 74. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

São Paulo agrário: elementos estruturais da sua questão agrária

ARTIGO DO MÊS

Em tempos de “privatização” da reforma agrária, a necessária práxis do bem comum

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

6º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

“Lutar, construir Reforma Agrária Popular”

Brasília – Brasília, 10 a 14 de fevereiro de 2014

Projeto de Extensão UEG/MEC - PROEXT

“Mesa Redonda: Educação no campo no município de Formosa: sujeitos, ações e proposições”

Formosa – Goiás, 26 de fevereiro de 2014

XIII Coloquio Internacional de Geocrítica - “El control de los espacios y los espacios del control”

UB/Barcelona – Espanha, 5 a 10 de maio de 2014

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Brasil Potência: entre a integração regional e um novo imperialismo.

Autor: Raúl Zibechi.

Análise de maneira séria, e sob variados ângulos, o papel imperialista cumprido pelo capitalismo brasileiro e seus governos. Experientes pesquisadores e militantes brasileiros de longo curso por vezes deixam questões candentes à sombra, pois elas parecem perturbar a ordem natural das coisas, embaralhar a maneira tradicional com a qual abordamos a formação histórica do Brasil e o papel que cumpre nosso país, em especial no contexto da América Latina.



A era da estupidez.

Direção: Franny
Armstrong.

Produzido em 2009, o filme é um híbrido de drama-documentário-animação estrelando Pete Postlethwaite como um homem que vive sozinho no mundo devastado de 2055, vendo imagens de arquivo a partir de 2008 e perguntando: Por que não nos salvamos quando tivemos chance?

Para ver:

<https://www.youtube.com/watch?v=IRwa7JLsn8>.



PodCast Unesp – Pod Territorial

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>

APOIO

Editoração: Danilo V. Pereira, Ananda R. F. de Souza (bolsista PIBIC) e Rafael de O. C. Santos (bolsista CAPES).

Revisão: Tiago E. A. Cubas, Leandro N. Ribeiro, Ana Lúcia Teixeira (bolsista ATP/CNPq), Karin G. S. M. de Souza (bolsista PIBIT/CNPq), Hugo A. Alves (bolsista PROEX), Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPq) e Rodrigo S. Camacho (bolsista FAPESP). Coordenação: Juliana Grasiéli Bueno Mota (bolsista FAPESP) e Valmir José de Oliveira Valério.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

SÃO PAULO AGRÁRIO: ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA SUA QUESTÃO AGRÁRIA

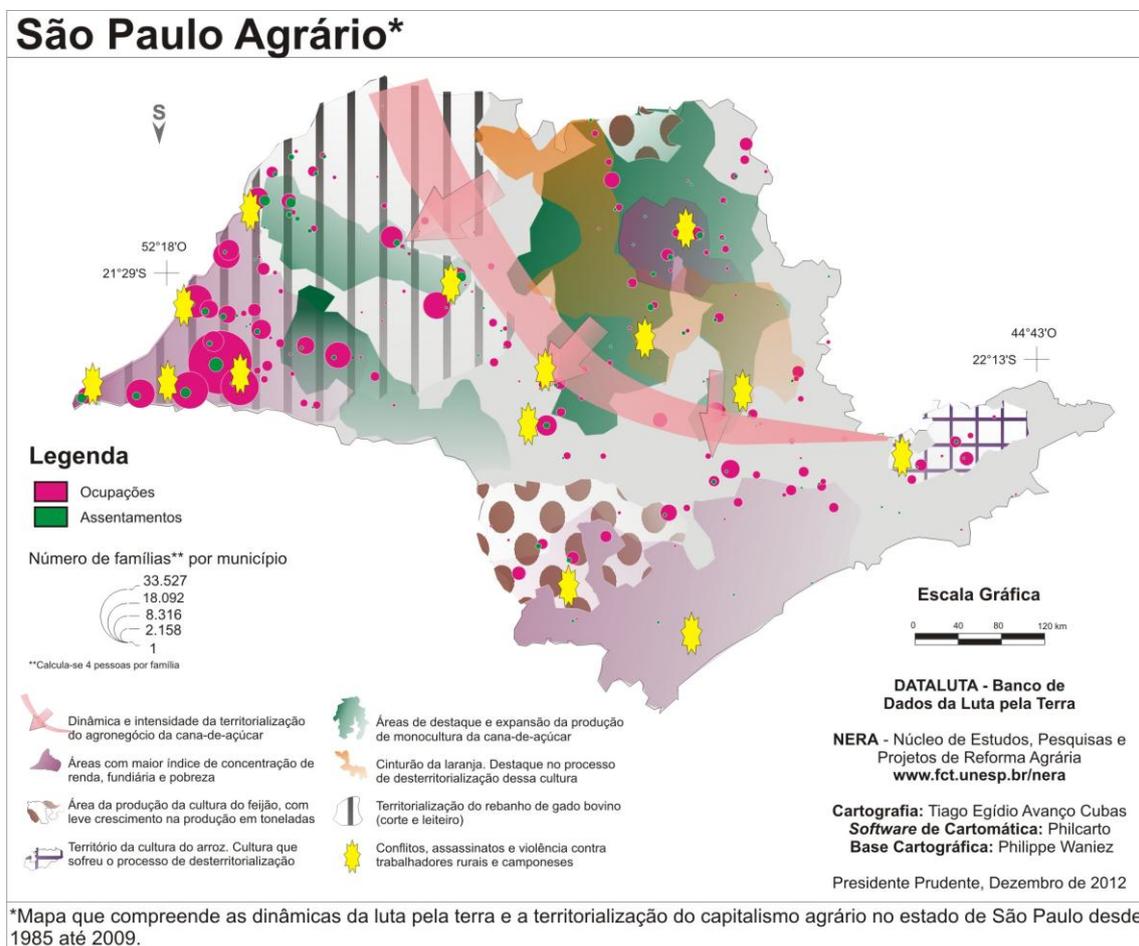
Tiago Egídio Avanço Cubas

Mestre em Geografia

Pesquisador do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

tiagotec_geo05@yahoo.com.br

O estado de São Paulo está em disputa, sistemática e permanente, de modelos distintos de construção e (re)produção social. Desse modo, esse trabalho expõe o mapa síntese *São Paulo Agrário* a partir de elementos que consideramos estruturais para entendermos a questão agrária paulista na expressão da realidade, nas suas dinâmicas invisíveis e conspíquas à sociedade. Nossa contribuição estará na apropriação da proposta teórico-metodológica da Cartografia Geográfica Crítica, partindo de uma análise geo-histórica com o intuito da construção de outros tipos de discursos (emancipatórios), como é o exemplo do mapa a seguir:



Examinando a configuração desse mapa síntese, pudemos perceber que se formam, ainda que entrelaçadas na intensa luta *pela* e *na* terra em todo o estado, três sub-regiões que podem caracterizar-se distintamente e de modo sintético (definidas a partir de Cubas (2012) e tendo como base as meso-regiões do IBGE):

1) Sudeste¹, onde se concentra uma das áreas mais pobres e desiguais do estado, abarcando a região Metropolitana de São Paulo (capital) e o Vale do Ribeira. A primeira é a região mais urbanizada do Brasil, se sustenta como centro de negócios e “escritório” das multinacionais. A segunda região, mesmo tão desigual socialmente quanto a primeira, mantém resistência na produção de feijão e arroz vinculada especialmente à produção familiar em assentamentos de reforma agrária. 2) Centro-nordeste², vanguarda da produção do agronegócio citricultor e sucroalcooleiro, têm sedes da ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio e CNA – Confederação Nacional da Agricultura, e no coração do agronegócio paulista possui uma mancha de desigualdade social em Ribeirão Preto. Temos ali a desterritorialização da produção, em toneladas e em hectares, do cinturão da laranja, com guinada para a produção de cana-de-açúcar. 3) Oeste³, área de franca expansão da cana-de-açúcar e suas agroindústrias em detrimento da cultura do gado bovino, onde também localiza-se a sede da UDR – União Democrática Ruralista, com outra área muito pobre e desigual no estado: o Pontal do Paranapanema. Nesta área a luta pela terra na forma de ocupações se destacou especialmente até 2002, luta que a partir de então se descentralizou por todo estado.

Com vistas às três sub-regiões expostas, selecionamos outros três elementos estruturais para contextualização da luta de classes no interior, da dinâmica campo-cidade e da disputa por modelos antagônicos de reprodução social.

A PRODUÇÃO AGRÍCOLA: MOLDES DO CAPITALISMO AGRÁRIO

Como primeiro elemento estrutural, temos a produção agrícola nos moldes do capitalismo agrário. Desde meados da década de 1980, a laranja formou um cinturão na região da Alto Mogiana e a partir disso houve o fechamento de seus territórios em “condomínios” (formas de controle político e econômico por parte das empresas capitalistas no controle do modo de produção) (WELCH; FERNANDES, 2008). Na década de 1990, a implementação da verticalização da produção foi intensificada, diminuindo a participação do campesinato citricultor no processo produtivo. Somente nessa década, o número de citricultores caiu em quase dois terços. Configura-se assim uma pressão para eliminar o citricultor familiar pequeno e médio, através de uma política dirigida pelo agronegócio da laranja.

Simultaneamente, o agronegócio da cana disputa territórios produtivos, oferecendo maior renda pelo uso das terras até então utilizadas para a produção de laranja. A produção da laranja é preterida na comparação com a estrutura sucroalcooleira, por causa também da elevada injeção de capital para *commoditização* do etanol por parte dos governos federal e estadual (em 2012, eram 4 indústrias de processamento de laranja contra mais de 150 usinas de processamento de cana nesse estado)⁴. Por isso, a exceção, na base da resistência para a produção voltada a soberania alimentar, está em áreas reclusas, apontadas no mapa pelas culturas do feijão (em parte do Vale do Ribeira) e de arroz (em parte do Vale do Paraíba).

¹ Sudeste: mesorregiões de Itapetininga, Macro Metropolitana, Litoral-Sul Paulista, Metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba.

² Centro-nordeste: mesorregiões de Ribeirão Preto, Piracicaba, Araraquara e Campinas.

³ Oeste: mesorregiões de Araçatuba, Bauru, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Assis.

⁴ Produção da cana-de-açúcar em São Paulo, em toneladas de cana: 1990 com 137.835.000; 2000 com 189.040.000; e 2010 com 426.572.099. Em hectares de cana: 1990 com 1.811.980; 2000 com 2.484.790; e 2010 com 4.986.634.

Sabemos que os três maiores produtores de cana-de-açúcar no ano de 2010 estão na mesorregião de Ribeirão Preto e foram os municípios de Morro Agudo (7.945.800 toneladas), Barretos (5.809.860 toneladas) e Guaíra (5.800.000 toneladas). No restante, dos que merecem ênfase devido sua alta produção, são os municípios que estão no interior das mesorregiões de Araçatuba e Presidente Prudente, de modo que a produção sucroalcooleira envolve a expansão desenfreada dessa cultura para o oeste do estado e da ideia da modernização e progresso levada por essa *commodity*.

A APROPRIAÇÃO DA GERAÇÃO DE POBREZA RELATIVA E A CONCENTRAÇÃO DE PODER

No movimento histórico, 1988 a 2009, o segundo elemento estrutural que apontamos: a percepção da apropriação pelo agronegócio sucroalcooleiro de áreas vulneráveis socialmente para sua permanência. Observamos, de 1991 a 2000, que dos 645 municípios paulistas cadastrados para mapeamento, apenas 228 conseguiram amenizar a intensidade da pobreza, e no caso com maior sucesso foi amenizado, estatisticamente, 17% do total (Mairinqui). O restante, ou 417 municípios, praticamente dois terços, sofreram com o aumento da intensidade da pobreza relativa. Estatisticamente, o município que mais sofreu com isso teve o aumento de 20% no total (Cosmópolis).

Sobre a renda apropriada pelos 10% mais ricos da população, observamos o acirramento dessa concentração nas regiões do Pontal do Paranapanema, do Vale do Ribeira e da Alto Mogiana. Mesmas regiões que sofrem com o aumento intenso do agronegócio sucroalcooleiro. Em 1991 eram 23% dos municípios do estado que tinham a apropriação de 40% a 44% da renda do município para os 10% mais ricos. Esse número chega em 2000 com a mesma amplitude de concentração (40% a 44% da renda) nos 10% mais ricos para quase 30% dos municípios, de modo que nessa faixa, de 40% a 44% da renda apropriada pelos 10% mais ricos, aumentou em 7% o número dos municípios do estado com essa característica entre os períodos.

E não somente a renda e pobreza relativa, mas também a concentração fundiária afeta a fluidez das relações campo-cidade. Para fins de análise, com um corte bastante rústico para o estado de São Paulo, consideramos pequenos e médios produtores aqueles que detêm até 200 hectares. Acima de 200 hectares consideramos grandes produtores. Tendo isto definido, tivemos a seguinte projeção segundo os Censos Agropecuários do IBGE: em 1995, as propriedades acima de 200 hectares contabilizaram 61% (10.659.891 hectares) do total e as propriedades iguais ou abaixo de 200 hectares, 39% (6.709.313 hectares). Já em 2006, as propriedades acima de 200 hectares contabilizaram 71% (14.332.546 hectares) do total e as propriedades iguais ou abaixo de 200 hectares representavam 29% (5.840.727 hectares). Reflexo de que a concentração de renda e terras caminha lado a lado quando estudamos o campo paulista, isso gerou a expropriação dos trabalhadores rurais e a marginalização das populações mais vulneráveis, uma degradação socioambiental.

A LUTA QUE (RE)CRIA O CAMPONÊS

Em contraste ao modo de apropriação do agronegócio, o terceiro elemento que trazemos à tona são as ocupações de terra. As ocupações são, como um ato de liberdade, uma estratégia camponesa eficaz que tem o intuito da pressão pela reforma agrária, exercendo também a função de legitimar o território imaterial camponês. Fernandes (2001) explica a recriação camponesa a partir dessa luta histórica que, além Disponível em www.fct.unesp.br/nera

de reafirmar o movimento socioterritorial, tendo como trunfo a terra (território material), revela historicamente a luta como uma arma poderosa na agilidade do processo de reforma agrária e por políticas públicas.

Durante o período 1988 a 2009, foram 1312 ocupações com 193.516 famílias no estado, uma média de 147,5 famílias por ocupação. No Pontal do Paranapanema, desse total de 1312, foram 744 com 101.275 famílias, números realmente expressivos que colocam o Pontal do Paranapanema como um dos centros da questão agrária no Brasil e o estado de São Paulo como o primeiro em número e quantidade de famílias em ocupações no país desde a queda do regime militar. O MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra se tornou a partir disso o principal movimento socioterritorial no campo brasileiro e tem grande destaque no campo paulista. Com um número de 800 ocupações e 133.665 famílias, atuou em aproximadamente 70% das ocupações e, também, 70% em número de famílias envolvidas. Os assentamentos estabelecidos no período são 244, com a capacidade de 16.574 famílias. Quase metade deles estão localizados no Pontal, onde consta 109 assentamentos com capacidade de 6.111 famílias (DATALUTA, 2011). Nessa relação, é nítida que a política de implantação de assentamentos não corresponde a intensidade da luta. Isso reflete desproporcionalidade entre famílias assentadas e famílias em ocupações, fazendo-se relevante a luta como processo de conquista material, mas, sobretudo, como levante da ideia de disputa por modelos de construção social e vida que incluem políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geo-história da luta pela/na terra no estado de São Paulo chama atenção pra conjuntura de expansão desenfreada do modo de produção do agronegócio em detrimento da práxis direcionada a soberania alimentar e territorial. Conjuntura que revela a estrutura profunda da luta de classes, disputando o território nas suas multifacetadas, incluindo Estado e políticas públicas, a ideologia, opinião pública e a terra de fato.

REFERÊNCIAS

CUBAS, T. **São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009.** Dissertação (Mestrado em Geografia) 274f. FCT- UNESP. Presidente Prudente, 2012.

FERNANDES, B M.. **A ocupação como forma de acesso à terra.** Artigo apresentado no XXIII Congresso Internacional de da associação de Estudos Latino Americanos. Washington-DC, de 06 a 08 de Setembro de 2001.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A; CLEPS, J.; FABRINI, J. E. **Relatório DATALUTA 2010.** NERA, Presidente Prudente, 2011.

WELCH, C. A.; FERNANDES, B. M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio de laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T. e FABRINI, J. E. (orgs). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.161-191.